

Negra nobreza: reis, rainhas e a aristocracia no imaginário negro

REINALDO DA SILVA
SOARES é doutor em
Antropologia Social pela
Universidade de São
Paulo.

INTRODUÇÃO

Há, no imaginário popular brasileiro, freqüentes referências a elementos da monarquia. As histórias infantis estão repletas de reis, rainhas, príncipes e princesas, convivendo com bruxas malévolas e fadas generosas. As pessoas que se distinguem por seu talento excepcional, ou as celebridades, logo recebem “títulos de nobreza”. Dentre uma variedade de exemplos podemos

citar: Pelé, o rei do futebol, o rei Roberto Carlos, Xuxa, a rainha dos baixinhos, Luiz Gonzaga, o rei do baião...¹.

O objetivo deste artigo é refletir sobre o significado de símbolos monárquicos e da nobreza no imaginário das associações negras.

O advento do regime escravocrata no Brasil ocasionou a deportação de membros de elites

africanas – prisioneiros de guerra – vendidos como escravos, que tentaram reconstruir na diáspora suas formações políticas e religiosas (Schwarcz, 1999). O caso do príncipe Obá II talvez seja o mais emblemático: negro liberto, veterano da Guerra do Paraguai e filho de monarcas africanos, se auto-intitulava rei africano. Seu reino – constituído por africanos, crioulos e mestiços, que poderiam ser libertos, escravos ou homens livres – localizava-se próximo ao Paço Imperial, região conhecida como “Pequena África”, que abrigava um número significativo de africanos (Schwarcz, 1999; Chalhoub, 1990; Carvalho, 1987). Obá era recebido, frequentemente, por D. Pedro II, a quem prestava reverências. Por sua vez, o imperador tratava-o como um monarca legítimo².

Além de Obá, outros reis africanos desterrados continuaram a ser tratados como tais, apesar da escravidão. Sendo assim, a monarquia oficial convivia com realezas “paralelas” e reinados fictícios constituídos nas festas populares³.

As congadas realizadas por



1 O discurso de uma mulher negra (cuja filha participava do *reality show Big Brother Brasil*) durante entrevista à Rede Globo, no dia 28/2/2004, às 20h, enfatiza a reatualização dos elementos da monarquia no imaginário popular: “Eu queria que a Cida fosse uma princesa e ganhasse uma coroa, uma carruagem e até um príncipe”.

2 Para Silva (2003), Dom Obá II foi um pioneiro do Movimento Negro. Apesar de a elite da época considerá-lo uma figura folclórica, o povo negro seguia sua liderança e o venerava como príncipe real, o “príncipe do povo”. Obá II asseverava que o valor dos homens estava no mérito pessoal e não na cor da pele. Para ele, as raças eram essencialmente iguais, por consequência, o combate ao racismo era um dos pontos centrais da sua teoria e prática política.

3 Um exemplo representativo de reinado paralelo é o caso de Chico Rei, lendário líder negro que foi aprisionado na África, no início do século XVIII, na chegada ao Brasil foi vendido como escravo. Da viagem só sobreviveram Francisco e seu filho, sendo encaminhados para trabalhar como escravos nas minas de Vila Rica, Minas Gerais. Francisco uniu-se a seu filho e conseguiram a liberdade através da compra das cartas de alforria. Posteriormente conseguiram libertar os membros da sua tribo africana, formando uma espécie de colônia. “Francisco foi aclamado rei daquela comunidade; daí ter passado à história e à lenda com o nome de Chico Rei. Com sua segunda mulher, uma negra com quem se casou no Brasil, seu filho e a nora, formou uma ‘família real’ em Vila Rica. A mulher era a rainha, o filho e a nora príncipe e princesa. Diz a lenda que a comunidade de Chico Rei conseguiu comprar com os próprios recursos a riquíssima mina da Encarnadeira ou o Palácio do Velho. Com o ouro extraído, conseguiu Chico Rei a libertação de inúmeros negros” (Moura, 2004, p. 99)

escravos e negros libertos eram manifestações populares que simulavam os embates entre mouros e cristãos. No ritual, o rei do Congo representava o soberano dos cristãos, que recebia a embaixada do rei dos mouros, acontecendo o combate em razão da recusa dos mouros à conversão. A luta termina com a vitória do cristianismo (Schwarcz, 1999).

O mês de março era marcado pela eleição do rei e da rainha do Congo, que podiam ser escravos ou homens livres, e exerciam uma ascendência ritualística sobre seus súditos; dessa forma, ao menos no nível simbólico, conseguiam debochar dos senhores.

Atualmente, o congado continua sendo uma importante referência na construção da identidade negra. Analisando o congado em Minas Gerais, Silva (1999) revelou haver em tais manifestações uma estrutura hierárquica complexa. Além das reverências ao rei e rainha congos, há também as homenagens aos reis e rainhas perpétuos e aos reis, rainhas, príncipes e princesas que representam coroas vinculadas aos santos de devoção (Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia).

Em face de todas as atrocidades do regime escravocrata, as festas e a eleição dos reis do Congo proporcionavam aos negros o sentimento de pertencimento a um grupo. Reverenciando seus reis e santos peculiares, os negros inventaram uma nação muito específica que se comunicava com o Brasil da monarquia, de origem européia. Mas esses “reinados negros” também poderiam ser sinônimos de revolta. Muitas lideranças de levantes de escravos se autodenominavam reis e rainhas, restaurando, no Brasil, uma possível autoridade exercida na África. No mais conhecido quilombo brasileiro sua maior liderança recebia o tratamento de rei de Palmares. No quilombo do Urubu, em Salvador, além de um rei e uma rainha havia também o cargo de vice-rei (Reis, 1996)⁴.

O imaginário monárquico consolidou-se junto às camadas populares, justamente por haver uma “comunidade de sentidos” que proporcionava a utilização e manipulação dos símbolos da monarquia pelo povo. Enquanto as elites estavam preocupadas em

consolidar a unidade nacional através da figura do rei como o grande líder nacional, nas festas o povo reverenciava um rei mítico, religioso e atemporal (Schwarcz, 1999).

Por tudo o que foi dito até aqui podemos constatar que, apesar da escravidão, houve certa identificação dos negros com a monarquia, como indica a significativa quantidade de negros que tatuavam o corpo com a coroa imperial.

“[...] Havia uma mentalidade de monarquista, por assim dizer, circulando entre os negros, que parece ter sido recriação de concepções africanas de lideranças reforçadas em uma colônia, e depois um país, governados por cabeças coroadas. É aliás conhecida a popularidade de D. Pedro II entre os negros cariocas, inclusive por sua simpatia pelo abolicionismo. A visão do rei como fonte de justiça, comum entre a plebe rebelde na Europa, existia igualmente nas Américas, inclusive entre os escravos [...]” (Reis, 1996, p. 32).

Historiadores, antropólogos e cientistas políticos têm abordado essa temática e elaborado algumas hipóteses relativas à adesão dos negros à monarquia. Segundo Carvalho (1987), a monarquia foi derrubada justamente quando gozava de maior prestígio popular em função da Abolição da escravidão. A repulsa dos republicanos aos pobres e negros teria se expressado através da perseguição, no Rio de Janeiro, aos bicheiros e capoeiras e na destruição do cortiço Cabeça de Porco, em 1892, provocando mudanças na paisagem urbana, “empurrando” os pobres e os negros, especialmente os negros, para os subúrbios e morros.

Em relação à participação política institucionalizada, a maior parte da população foi excluída do voto. O pré-requisito da alfabetização privava a maior parte da nação do direito de escolher seus governantes, uma vez que o governo não era obrigado a oferecer o ensino primário à população.

A República, que propunha uma maior participação popular no cotidiano, revelou-se um sistema de governo que excluía a

4 Em extensas regiões interiores da Bahia, notadamente na área que foi palco do messiânico Antonio Conselheiro, o visitante é recebido com as expressões “sente-se, meu Rei” ou “fale, meu Rei”.

massa, fazendo com que, paulatinamente, se materializasse a antipatia popular.

Na mesma direção, Chalhoub (1990) afirma que a popularidade da monarquia entre os negros, no início do século XX, era resultado da política urbana, que implicava uma intolerância com a cultura popular ao demolir cortiços e perseguir capoeiras; os republicanos não alteravam apenas a estética da cidade, mas destruíam territórios que representavam a luta dos pobres por espaços alternativos. Essa “cidade negra” era um ícone da luta dos negros para fazer soçobrar a instituição da escravidão no Rio de Janeiro.

“[...] A formação da cidade negra é o processo de luta dos negros no sentido de instituir a política, ou seja, a busca da liberdade – onde antes havia fundamentalmente a rotina. Ao perseguir capoeiras, demolir cortiços, modificar traçados urbanos – em suma, ao procurar mudar o sentido do desenvolvimento da cidade –, os republicanos atacavam na verdade a memória histórica da busca da liberdade. Eles não simplesmente demoliam casas e removiam entulhos, mas procuravam também desmontar cenários, esvaziar significados penosamente construídos na luta da cidade negra contra a escravidão [...]” (Chalhoub, 1990, p. 186).

Em *As Barbas do Imperador*, Schwarcz (1999) assevera que, durante os primeiros anos da República, a monarquia, para os negros, ainda representava, ao menos simbolicamente, a libertação. A princesa Isabel e D. Pedro II desfrutavam de significativa popularidade entre os negros que atribuíam a Abolição ao fato de ter havido uma intervenção decisiva da monarquia.

Para Guimarães (2001), os negros apoiavam a monarquia porque o imperador era mais inclinado à emancipação dos cativos do que os próprios fazendeiros. Além disso, a “política cultural de europeização dos costumes” era um fator de descontentamento entre os negros. Só com Getúlio Vargas, em 1930, as massas negras iriam simpatizar com um governante, de forma semelhante ao que ocorreu com a realeza.

Em São Paulo, depois da Abolição, os negros dividiam-se entre os que já nasceram livres e saudavam a República com entusiasmo, e os recém-libertos, que não confiavam nos fazendeiros e acreditavam que a monarquia havia sido benevolente com os negros, pois, além de promover a Abolição, a justiça imperial teria sido uma alternativa importante na defesa dos direitos dos negros. Apesar de os mesmos nem sempre terem conseguido êxito contra os senhores nas disputas judiciais (Andrews, 1998).

Uma manifestação pública da receptividade da monarquia pela população negra paulistana ocorreu com a expulsão dos republicanos das instalações do Clube 13 de Maio (uma organização negra, localizada na cidade de Jundiaí) pelos associados monarquistas, resultando em represálias e brigas fora da sede do clube. Mas a demonstração mais radical de reconhecimento de ex-escravos à princesa Isabel foi a Guarda Negra, organização liderada por José do Patrocínio⁵, fundada em 28 de setembro de 1888, com o intuito de dispersar manifestações públicas favoráveis à República. A Guarda Negra ficou conhecida por seus métodos violentos, chegando a encetar lutas de rua com os republicanos, que reclamavam o fim do Império. Sua atuação, além de resultar em um grande número de feridos, chegou a ocasionar mortes (Moura, 2004).

Uma personalidade representativa da adesão parcial da população negra paulista à monarquia foi Arlindo Veiga dos Santos, que, em 1931, fundaria a mais representativa organização do meio negro: a Frente Negra Brasileira.

A insatisfação com o espaço perdido pela Igreja na República proporcionou a instauração do patrianovismo, em 1928, movimento conservador liderado, entre outros, por Veiga dos Santos. Para os patrianovistas a nação se degenerara, invadida por ideais liberais, socialistas e comunistas, e somente uma proposta antidemocrática e centralizadora poderia restabelecer a ordem: a monarquia corporativista. Nesse ponto residia o ineditismo do patrianovismo frente aos movimentos políticos autoritários da época: a instauração da monarquia e de

5 José do Patrocínio nasceu no Rio de Janeiro, em 1853. Era filho de uma quitandeira com um padre. Formou-se em farmácia e exerceu a atividade de jornalista, destacando-se por sua militância abolicionista. Escreveu para a *Gazeta da Tarde* e foi uma das lideranças da Confederação Abolicionista. Patrocínio foi uma figura de destaque no movimento abolicionista.



um processo de recatolização da sociedade, de uma nova nação voltada para a tradição. Para divulgar o movimento, os militantes procuraram atuar em diversos meios, incluindo a Frente Negra Brasileira, através da liderança de Arlindo Veiga dos Santos. O objetivo da Frente era a revalorização do negro por meio da sua integração à economia industrial. Segundo o discurso ideológico da organização, o II Império visou à solução do problema da escravidão, que só não se concretizou plenamente em função do advento da República, que favoreceu as “imigrações arianas” para substituir o negro. Portanto, o retorno da monarquia colocava-se como única opção para a questão do negro (Malatian, 1988).

O tema da realeza não se manifestou apenas nas organizações sociais negras de caráter político. No campo religioso, os símbolos monárquicos estão presentes até os dias de hoje, constituindo um aspecto relevante do *éthos* do povo-de-santo.

Segundo a cosmogonia ioruba, a monarquia é uma instituição criada por Deus. Xangô representa a figura do grande rei, que foi divinizado após sua morte. Seus atributos são: força, poder, justiça e virilidade. Nos ritos do candomblé, a realeza é dramatizada e materializada em determinados signos distintivos como o cajado, cetro e coroa.

Em trabalho recente, Santos (2006) investigou a *performance* ritual de um terreiro localizado na Zona Norte da cidade de São Paulo adjetivado como o rei do candomblé do Brasil. No cotidiano, ou durante a realização das festas, os símbolos da realeza ganham evidência. Há, no terreiro, um trono e flâmula com brasão real, além disso o rei do candomblé (o babalorixá da casa) usa uma coroa e vestes reais.

Uma das festas mais importantes realizadas pelo terreiro homenageia Oxóssi, principal orixá da casa. A festa dura sete dias e inclui uma procissão na qual o pai-de-santo é transportado em uma charrete, acompanhado da comitiva real. No evento, o rei do candomblé se apresenta protegido com um enorme guarda-sol (ícone da realeza em algumas etnias africanas) até ser conduzido ao trono.



A atribuição dos termos *rei* e *rainha* a determinados pais e mães-de-santo funciona como uma forma de atribuir prestígio e poder, resignificando, dessa forma, a imagem do candomblé, historicamente, maculada pelo preconceito.

Afirmamos, inicialmente, que nosso propósito era refletir sobre a influência dos ícones da monarquia no imaginário negro. A seguir iremos tratar do objeto mais específico da nossa investigação, as duas associações paulistas reconhecidas por agregar um grande número de negros: o Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Vai-Vai e o Aristocrata Clube.

A MONARQUIA E O CARNAVAL

O cordão carnavalesco Vai-Vai foi fundado em 1930 e, inicialmente, era formado por jovens negros do bairro do Bexiga (atualmente o nome oficial do bairro é Bela Vista)⁶. A agremiação adotou o preto e o branco como cores oficiais. Os primeiros ensaios eram realizados nas casas dos fundadores. Com a colaboração financeira dos comerciantes e moradores do Bexiga, o Vai-Vai conseguiu confeccionar as primeiras fantasias e desfilar pelas ruas do bairro (Soares, 1999).

O cordão, apesar de modesto, já estava constituído, mas era preciso escolher um ícone para representá-lo. Qual foi o símbolo escolhido? Uma coroa adornada por dois ramos de café (Figura 1). É importante atentarmos para a influência da monarquia nas manifestações carnavalescas:

“[...] O Rei Momo, as princesas do carnaval e o Rei Congo (ou Zulu) que abrem o desfile das escolas de samba cariocas e as rainhas da bateria, todos devidamente paramentados e portadores de distintivos reais, como coroas, cetros e faixas; as roupas nobres do mestre-sala e da porta-bandeira e sua dança que mistura o antigo minueto das cortes com o samba; os nomes de algumas escolas de samba cariocas: Imperatriz Leopoldinense, Império Serrano, Império da Tijuca, Lins Imperial e Engenho da Rainha [...]” (Reis, 1996, p. 61)⁷.

É interessante notar como os vaivaienses tomaram de empréstimo símbolos muito representativos da monarquia brasileira. Após a Independência do Brasil era preciso criar uma identidade para a nova nação que emergia. A nobreza exibia brasões com os símbolos do Estado brasileiro: o verde, o amarelo, o tabaco e o café. O café, eleito como um dos ícones de brasilidade, além de representar nossa opulência econômica, era uma prova da especificidade do emergente país tropical (Schwarcz, 1999).

A coroa, o cetro e o manto, mais do que simples adereços, são insígnias que traduzem o poder, o prestígio, a dignidade real e

refletem a posição do monarca na estrutura hierárquica, como chefe de Estado.

Quais são as hipóteses explicativas para essa notória referência à monarquia?

Para tentar responder a essa indagação é preciso voltar ao contexto histórico do surgimento da agremiação.

O fim da escravidão não representou uma mudança significativa na posição social do negro paulistano. Sem nenhuma lei que os favorecesse, sem qualquer reparação pelo trabalho exercido no cativo, os negros foram sendo substituídos pela mão-de-obra estrangeira, restando-lhes as posições mais aviltantes no mercado de trabalho (Fernandes, 1965).

Nas primeiras décadas do século XX, uma grande quantidade de negros migrava do interior para a cidade de São Paulo em busca de empregos, concentrando-se, principalmente, nos bairros do Bexiga, Barra Funda e Baixada do Glicério. Além de estarem situados próximo ao centro comercial da cidade, esses bairros proporcionavam oportunidades de trabalho e moradias a baixo custo em função da desvalorização dos terrenos, situados em fundo de vale – sujeitos a inundação – ou em áreas muito íngremes (Simson, 1989; Lowrie, 1938). Outra possibilidade de interpretação para a concentração dos negros nesses bairros era o contato com outros negros que já estavam havia mais tempo nessa região e já possuíam um maior conhecimento da cidade – fator de grande valia para os recém-chegados (Britto, 1986).

Portanto, a Abolição da escravidão não representou um lenitivo para a situação do negro; da senzala para a precariedade dos cortiços, do trabalho escravo para o desemprego ou subemprego, o negro não conseguia obter o estatuto de cidadão.

O Vai-Vai era composto por esses negros, trabalhadores de baixa qualificação (polidor e lavador de carros, marceneiro, empregada doméstica...), que lutavam para criar um espaço de sociabilidade onde pudessem se divertir, estabelecer relações interpessoais, sem ser discriminados.

Voltemos agora à argumentação sobre a adesão dos negros à monarquia. Carvalho



Figura 1

6 Em 1972, o Vai-Vai passou a ser estruturado como escola de samba. A referência será feita sempre no masculino pelo fato de a denominação oficial ser Grêmio Recreativo e Cultural Escola de Samba Vai-Vai (Soares, 1999).

7 Em São Paulo, a referência à realeza é expressa na denominação de uma agremiação formada em 1994: Império da Casa Verde. Ainda em relação à nomenclatura das escolas de samba, outro fato recorrente é a presença do termo “unidos”. Alguns exemplos: Unidos de Vila Isabel, Unidos do Porto da Pedra, Unidos do Viradouro, Unidos do Jacarezinho e Unidos do Peruche. Em estudo realizado na década de 1980, Borges Pereira revelou que um dos principais desafios das organizações negras paulistanas era criar um nexo de lealdade que unisse os negros de diferentes matizes em torno de um mesmo projeto político. A consciência dos negros de que sua desunião inviabilizava os planos políticos era manifestada de diversas formas. Uma delas era no “nível da nomenclatura institucional, quando historicamente escolas de samba ou grupos de folia vêm incorporando, quase que obrigatoriamente, em seus nomes, as palavras *unidos*, *união*, etc., ou quando, hoje, o movimento político mais expressivo e ambicioso, formado em São Paulo, se intitula Movimento Negro Unificado” (Borges Pereira, 1982). Essa era uma forma de compensar no nível simbólico a desunião e as intensas divergências que ocorriam no cotidiano dos movimentos negros. A análise dos aspectos simbólicos da denominação das agremiações carnavalescas também revela a tentativa de dar um caráter nobilitante a essas associações, representado pelo uso frequente do termo “acadêmico”: Acadêmicos do Salgueiro, Acadêmicos do Grande Rio, Acadêmicos da Rocinha e Acadêmicos de Santa Cruz.

e Chalhoub afirmam que a perseguição dos republicanos aos negros e pobres resultou na antipatia pelo novo regime e também numa certa nostalgia e apreço pela monarquia.

É provável que essa teoria possa explicar a escolha da coroa e do café como símbolos do Vai-Vai, pois havia uma expectativa entre os negros de que sua situação melhorasse com o fim da escravidão; mas, no decorrer dos anos, ficou demonstrado que a República não reservara, no seu projeto político, um lugar para o negro. O mesmo viu-se discriminado no mercado de trabalho, marginalizado socialmente, enquanto os imigrantes estrangeiros ficavam com as melhores oportunidades. Esse quadro extremamente desfavorável deve ter resultado em uma aversão pela República, mas não seria, no caso do Vai-Vai, possível produzir interpretações alternativas?

Mais do que alusão a uma herança de organizações políticas africanas de um passado longínquo, a referência à coroa parece ser uma forma – ao menos no nível simbólico – de tentar reverter o estereótipo imputado ao negro, decorrente da herança escravocrata e da sua situação de marginalidade social, nas primeiras décadas do século passado. A coroa representa o poder, a dignidade, a vitória; sua posse é um sinal de distinção, de liderança. Sua colocação na cabeça lhe atribui um significado emblemático: representando não só os valores da cabeça, como um dom vindo de cima, ela revela o aspecto transcendente de qualquer realização bem-sucedida (Chevalier & Gheerbrant, 2002). Era um modo de vincular o cordão carnavalesco a algo positivo, já que, no bojo do processo de discriminação do negro na sociedade brasileira, sua imagem é freqüentemente desqualificada.

A escolha do ramo de café também é emblemática e sua inclusão no referido símbolo foi sugerida por um dos fundadores do Vai-Vai que aprendeu, em um livro de história, que o café era um símbolo do país (www.vaivai.com.br, 1998). A escolha de um ícone nacional para compor o símbolo do cordão é muito significativa, pois, enquanto a República, nos seus primeiros anos, não reservava um lugar ao negro em seu pro-

jeto de país, os vaivaienses incorporavam um signo da nação à sua agremiação para reafirmar seu desejo de integração à sociedade. Fato que ganha maior relevância em virtude de a agremiação localizar-se em um bairro composto, predominantemente, por imigrantes italianos.

Os “reinados negros”, citados anteriormente, utilizavam os espaços das festas e procissões para o exercício da sociabilidade (Schwarcz, 1999). O Vai-Vai também funcionava como local de reunião de famílias negras, estabelecendo um feixe de relações que não se limitavam ao samba, mas que estavam interligadas à religião e ao futebol.

Os vaivaienses construíram um “mundo paralelo”⁸, um microcosmo negro que funcionava como alternativa à discriminação sofrida na sociedade global, sem deixar de manter contato com os brancos, já que se relacionavam com os italianos, seja como moradores do mesmo bairro, no vínculo patrão/empregado, seja como colaboradores do cordão. Nesse “mundo negro”, os integrantes imperavam absolutos, com autonomia para gerir seus ensaios, festas e desfiles da forma que melhor lhes aprouvesse, sem interferências externas. Com o tempo puderam consolidar seu “reinado do samba”, com suas rainhas e princesas do carnaval, rainha da bateria, e com a nobreza do mestre-sala e da porta-bandeira.

OS ARISTOCRATAS NEGROS

Destacaremos, a seguir, a outra instituição negra, citada anteriormente: o Aristocrata. Esse clube nasceu em um período de efervescência no meio negro paulistano, momento de surgimento de várias associações como o Clube Coimbra, que promovia jogos e festas, freqüentado, principalmente, por empregadas domésticas, e o Clube 220, que promovia bailes e o concurso da beleza negra (Pinto Silva, 1997).

O Aristocrata foi fundado em 1961 por integrantes de dezenove famílias que decidiram unir-se para formar um clube negro que lhes oferecesse uma opção de lazer. As

8 Utilizamos aqui o conceito elaborado por Borges Pereira (1983): “[...] Contidos pelo preconceito e pela discriminação, os negros ‘fabricaram’ um mundo institucional paralelo ao dos brancos onde puderam, como negros e como pobres, encontrar em contextos urbanos as condições mínimas para desenvolver sua sociabilidade, e, livremente, exercer suas práticas e cultivar seus valores culturais. Esse conjunto de instituições espalhadas por diferentes pontos das grandes cidades brasileiras pode ser visto como uma espécie de territorialidade, ao mesmo tempo física, social e cultural dos negros. Algumas delas como as escolas de samba e terreiros religiosos são autênticos prolongamentos de outros grupos, como grupos domésticos de vizinhança, que dentro de outros princípios organizatórios e nesses novos planos reorganizam-se em segmentos maiores com outros objetivos e funções [...]”.

primeiras reuniões eram realizadas, alternadamente, na casa dos fundadores. Quanto à escolha da denominação, dois nomes foram propostos: Alvorada⁹ e Aristocrata Clube, e o segundo venceu por uma pequena margem de votos (Soares, 2004).

“[...] O Aristocrata é um marco na história dos clubes negros, pois pela primeira vez havia a preocupação com o patrimônio financeiro, e ainda em estabelecer diferenças no seio da própria comunidade. Entre os membros que compunham o grupo original, a maioria era policiais, advogados, funcionários do Fórum, empresários e comerciantes [...]” (Pinto Silva, 1997, p. 147).

Os associados organizavam almoços, nos quais os participantes contribuíam com dinheiro, até que foi possível comprar a sede social, uma sala em um prédio do centro da cidade. Nela, o departamento feminino organizava bailes, jantares e matinês dominicais; tais atividades viabilizaram a compra de um terreno no Bairro do Grajaú (Zona Sul da cidade), onde foi construído o clube de campo.

O Aristocrata representava um diferencial dentre as associações negras. Era composto, em sua maior parte, por negros de classe média. Quando falamos “classe média negra”, temos como referencial a situação da maioria dos negros que estavam em situação de pobreza, sem pretender estabelecer uma analogia com a classe média branca.

Segundo o *Dicionário Aurélio Eletrônico—Século XXI*, “aristocracia” é uma “forma de organização social e política em que o governo é monopolizado por uma classe privilegiada; classe da nobreza; casta; fidalguia; nobreza; distinção; superioridade”. A denominação do clube já funciona como um traço distintivo, uma forma de demonstrar que os seus integrantes se consideravam como um estrato diferenciado no interior do grupo negro¹⁰.

Um dos associados, que participou da fundação do clube, afirmou que o Aristocrata era formado por “negros de bem”, pela elite negra, contando em seus quadros

com a participação de médicos, advogados, policiais, fato muito raro, pois os negros eram conhecidos, muitas vezes, por serem “bagunceiros”. Sendo assim, era preciso que fossem primeiramente “educados”, e só depois poderiam participar do grupo. “Educar” teria o sentido de inculcar valores e impor comportamentos condizentes com o prestígio de um grupo em ascensão social (Soares, 2004).

Esse grupo de negros de classe média era proveniente do processo de crescimento econômico do país, que resultou, a partir de 1939, em maiores oportunidades de emprego para negros e brancos.

O avanço industrial gerava novos postos de trabalho, as empresas começaram a incorporar o negro, ainda que em funções pouco qualificadas (Fernandes, 1965). Além disso, o fim da imigração estrangeira e a reserva de mercado para o trabalhador brasileiro implicaram o aproveitamento de um grande contingente negro e mestiço, proveniente do interior de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, dentre outros (Guimarães, 2001).

O resultado da integração do negro à sociedade de classes foi a mudança de padrão de vida daqueles que passaram a compor a elite negra:

“[...] Possuir rádio, rádio-vitrola, geladeira, máquina de lavar roupa, televisor, uma e mesmo duas ou três casas, automóvel, uma conta bancária, empregada, já não é algo privativo das ‘classes altas’ e, muito menos, ‘privilégio dos brancos’. Algumas das famílias da classe média de cor chegam a participar plenamente desse padrão; outras alcançam-no de forma parcial. Apenas uma constante particulariza essas tendências no ‘meio negro’. Ainda persistem a ansiedade pela mesa farta, a aspiração de afirmar-se pela aparência brilhante da roupa ou do calçado e, principalmente, o ideal de imitar o estilo de vida da elite senhorial da transição do século. Esta preocupação é tão absorvente, que uma das principais associações da ‘gente negra’ em ascensão social recebeu o nome sintomático de Aristocrata Clube [...]” (Fernandes, 1965, p. 149).

9 É preciso lembrar que tal denominação já havia sido utilizada pela imprensa negra. O jornal *O Clarim da Alvorada* foi fundado por José Corêia Leite e Jayme de Aguiar, em 1924, como um dos instrumentos para combater a discriminação e viabilizar a integração do negro à sociedade. Em 1945, o jornal *Alvorada* era fundado para divulgar as idéias da Organização do Negro Brasileiro (Ferrara, 1986).

10 A classe média negra norte-americana, formada no início do século XX, também era conhecida por “aristocracia” (*aristocracy*). Ver Landry, 1987.

Esse grupo de negros que conseguia se destacar não encontrava muitas opções de lazer na cidade, e a idéia de formar a associação teve como uma das principais motivações a recusa dos clubes brancos em aceitar a presença de negros em suas dependências sociais.

Os “aristocratas” não queriam apenas “imitar a elite senhorial”, mesmo porque na vida em sociedade é improvável que se encontre um grupo que seja a cópia pura e simples de outro grupamento, pois nesse processo alguns aspectos são incorporados, outros são alterados e há ainda aqueles que são totalmente descartados. Os integrantes do Aristocrata pretendiam inaugurar um novo estilo de vida que os distinguisse tanto dos brancos de classe média quanto dos negros pobres (Soares, 2004).

Analisando as manifestações de preconceito na cidade de São Paulo, Bastide e Florestan afirmam que o paternalismo servia como um instrumento de manutenção de relações raciais do tempo da escravidão. O negro só era aceito se assumisse uma posição de subserviência em relação ao branco. Afirmar sua condição de inferioridade era pré-requisito para uma convivência não-conflitiva com o branco, como demonstravam as atitudes das famílias mais abastadas em relação aos negros.

[...] Essas famílias tradicionais não aceitavam o ‘novo negro’, que se veste ‘à americana’, ousado e empreendedor, que, numa palavra, ‘não sabe ficar no seu lugar’. Que filho de empregada senta-se numa poltrona em vez de ficar respeitosa em pé. Que recusa um convite para almoçar se for servido na copa em vez de na sala de jantar [...]” (Bastide & Fernandes, 1971, p. 149).

A mudança de atitude dos negros em ascensão social – que incluía, além do consumo de bens materiais, a adoção de uma vida social mais sofisticada – gerou muitas críticas de brancos e negros que classificaram essas manifestações como “esnobismo vazio” (Bastide & Fernandes, 1971).

As acusações de “esnobismo vazio” persistem até hoje em uma expressão sinô-

nima, “o negro-metido”, categoria utilizada, indistintamente, por brancos e negros para classificar aqueles que cobram um tratamento igualitário, negando qualquer inferioridade.

A categoria “negro-metido” é utilizada para desqualificar os integrantes das associações que mobilizam a classe média negra. No caso específico do Aristocrata as críticas recaem sobre a denominação. Afinal, como um grupo de negros pode requerer a adjetivação que lembre certa nobreza, fidalguia ou distinção?

Estamos diante das reminiscências do paternalismo, que cobra do negro uma postura subserviente, mesmo que ele tenha alcançado uma ascensão econômica ou algum tipo de elevação social. O “negro-metido” seria o negro “fora de lugar”, que não reconhece sua “inferioridade natural”, a qual não pode ser suplantada pela educação ou mérito profissional.

A ostentação de alguns sinais exteriores de riqueza, como o vestuário ou mudança de residência, da mesma forma que outras técnicas de demonstração de prestígio, como o casamento inter-racial, relações sociais com os brancos, ou mesmo apadrinhamento, foram classificadas por Fernandes como “*status fictício*”. Muitos dos integrantes da classe média negra possuíam um “*status real*” de classe baixa, mas, em função de possuir profissões estáveis, podiam imitar os brancos de classe média.

Se considerássemos apenas a lógica da razão prática, poderíamos corroborar as assertivas de Fernandes, mas a razão simbólica é fundamental para compreendermos aspectos subjacentes que conformam a cultura de determinado grupo social (Reis, 1995).

Os artifícios citados por Fernandes eram utilizados pela classe média negra como sinal de distinção na tentativa de obter uma maior visibilidade social. A aquisição de bens materiais, o comportamento puritano, a participação em associações ou clubes como o Aristocrata implicavam a tentativa de romper com o estigma racial do negro na sociedade global.

A classe média negra emergente, ciente de suas limitações em termos de capacidade

de consumo, buscava, através de associações como o Aristocrata, uma posição, provavelmente, mais próxima da nobreza do que da burguesia. Isso ocorria pois, apesar do processo de ascensão, havia a consciência da impossibilidade de competir – no que diz respeito à posse de bens materiais – com a classe média branca. Dito de outra forma: a classe média negra, em seu momento inicial, poderia ser categorizada não como classe social, mas como “grupo de *status*”. Ou seja, um conjunto de pessoas que goza de um prestígio social que o diferencia de outros grupos, mesmo sem ter um grande poder econômico (Weber, 1979).



Uma das estratégias adotadas pelas associações negras para obter respeitabilidade social era a adoção de normas rígidas, além de uma severa escolha dos participantes. O puritanismo funcionou como mecanismo para diferenciar os integrantes das organizações da “elite negra” do “negro massa”, pois havia uma ênfase no cumprimento das normas de etiqueta social. Dessa forma, procuravam romper com o estigma do negro na sociedade global (bêbado, pobre, vagabundo...).

Reiteramos que a “elite negra” poderia ser classificada como grupo de *status*, pois, apesar de não ter o poder de consumo da classe média branca, esse segmento procurou, através das suas organizações sociais, criar um estilo de vida diferenciado. Segundo Weber (1979), o que singulariza a “situação de *status*” não é a posse de bens, mas sim o fato de os integrantes do grupo compartilharem um estilo de vida específico.

Portanto, quando os aristocratas decidiram fundar o clube buscavam desfrutar um estilo de vida diferenciado, em que pudessem ter um espaço de lazer e de encontro, idealizando um lugar no qual não fossem discriminados.

A escolha do nome do clube pode ser interpretada como uma tentativa de inverter, simbolicamente, o lugar do negro na sociedade. Ou seja, alçá-lo da invisibilidade e marginalidade social a uma posição de destaque retratada pela noção de aristocracia. O Aristocrata Clube é o exemplo de uma das diversas formas de luta dos negros brasileiros contra a discriminação e representa a busca por respeitabilidade e visibilidade social.

CONCLUINDO

Para encerrar, levantamos a seguinte indagação: o que haveria de invariante entre as manifestações populares do período escravocrata, que reverenciavam a monarquia, e as duas associações negras contemporâneas que também fazem referências à realeza e a nobreza?

As irmandades religiosas, a eleição dos reis do Congo, as festas, apesar de não mudar a condição de escravo, tinham significado para o negro como espaços e momentos nos quais se criavam “lealdades próprias”, onde era possível compartilhar o sentimento de pertencimento a um grupo e resgatar a auto-estima (Schwarcz, 1999).

As agremiações carnavalescas conseguiram mobilizar os negros e foram fundamentais na luta por um espaço de lazer na cidade, criando uma rede de relações sociais que extrapolou os limites do samba, envolvendo, como se afirmou anteriormente, times de futebol, clubes de dança e instituições religiosas (Soares, 1999).

Os clubes negros, que surgiram na década de 1960, foram referências importantes para o convívio social de negros trabalhadores ou negros de classe média; eram espaços alternativos aos clubes da classe média branca, que vetavam a presença de negros.

O que há de comum entre essas organizações é a capacidade que elas tiveram de reunir os semelhantes, sem necessariamente formar guetos, já que os negros estavam em constante diálogo com os brancos.

Essas instituições foram relevantes também como instrumentos para a superação da adversidade no contexto aviltante da escravidão e, posteriormente, no “racismo à brasileira”. Tais associações são exemplos da “resistência inteligente” do povo negro, pois utilizaram o âmbito da cultura para conseguir um lugar na estrutura social, traduzindo, portanto, a capacidade do negro em negociar espaços específicos na sociedade (Gusmão & Simson, 1989).

A resistência negra implicou sua insistência em construir a diferença, a especifici-

dade. Persistindo no tempo, tais associações, de uma forma bem peculiar, conseguiram proporcionar diferentes formas de ser negro no Brasil.

A história do negro é marcada não apenas pela luta por sobrevivência material, mas pela produção de bens simbólicos, dentro da dinâmica cultural configurada pela troca, pela aquisição de elementos culturais, que foram reinterpretados e utilizados como traços distintivos.

“[...] Repensada, recriada, a cultura parecer permitido, após séculos de domínio, submissão e violência, reconhecer a presença de um universo negro na realidade brasileira. Reconhecer, independente da natureza, graus de intensidade, etc., que a ideologia oficial dominante não conseguiu, apesar de todo o intento, banir a cor em quase todo aspecto social e cultural existente no país [...]” (Gusmão & Simson, 1989, p. 240).

Apropriações de ícones da monarquia e da aristocracia foram instrumentais simbólicos utilizados pelos negros para reatualizar antigos regimes políticos africanos; para elevar a auto-estima e para servir de sinais de distinção entre os próprios negros. O que estrutura as organizações negras é a sua eficiência no sentido de construir um espaço de sociabilidade para os seus componentes, de viabilizar um sentimento de fazer parte de um grupo e proporcionar uma afirmação social positiva, enfim, de lutar pela dignidade do negro. Se dignidade é sinônimo de nobreza, a busca pela respeitabilidade inserida na atuação cotidiana dessas organizações implica a invenção de uma nobreza bem específica: uma nobreza negra.

BIBLIOGRAFIA

- ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, Edusc, 1998.
- BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Branco e Negro em São Paulo*. São Paulo, Nacional, 1971.
- BORGES PEREIRA, João Baptista. “Parâmetros Ideológicos do Projeto Político de Negros em São Paulo: um Ensaio de Antropologia Política”, in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, vol. 24, 1982, pp. 53-62.
- _____. “Negro e Cultura Negra no Brasil”, in *Revista de Antropologia*, n. 26, 1983, pp. 93-105.

- BRITTO, Iêda Marques. *Samba na Cidade de São Paulo (1900-1930): um Exercício de Resistência Cultural*. São Paulo, Edusp, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que Não Foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2002.
- FERRARA, Miriam Nicolau. *A Imprensa Negra Paulista*. São Paulo, FFLCH-USP, 1986.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classe*. São Paulo, Dominus, 1965.
- GRÊMIO RECREATIVO E CULTURAL ESCOLA DE SAMBA VAI-VAI. *História*. (online) Disponível na Internet via www.URL: <http://www.vaivai.com.br>. Capturado em fevereiro de 1998.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *A Questão Racial na Política Brasileira (os Últimos Quinze Anos)*. São Paulo, 2001 (mimeo.).
- GUSMÃO Neusa Maria M. & SIMSON, Olga Rodrigues Von. "A Criação Cultural na Diáspora e o Exercício da Resistência Inteligente", in *Ciências Sociais Hoje*, 1989, pp. 217-43.
- LANDRY, Bart. *The New Black Middle Class*. California, University of California Press, 1987.
- LOWRIE, Samuel Harman. "O Elemento Negro na População de São Paulo", in *Revista do Arquivo Municipal*, n. 48, vol. 4, 1938, pp. 5-56.
- MALATIAN, Teresa M. *Os Cruzados do Império*. São Paulo, Contexto, 1988.
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2004.
- PINTO SILVA, Maria Aparecida. *Visibilidade e Respeitabilidade: Memória e Luta dos Negros nas Associações Culturais e Recreativas de São Paulo (1930-1948)*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo, PUC, 1997.
- O SACI. *Histórico Retrospectivo do Aristocrata Clube*, ano 1, n. 12, 1975.
- REIS, João José. "Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil", in *Revista USP*, n. 28. São Paulo, CCS-USP, 1996, pp. 14-39.
- REIS, Letícia Vidor de Sousa. *O Domínio da Imaginação: Algumas Notas sobre a Simbologia do Poder*. São Paulo, 1995 (mimeo.).
- _____. *O Mundo de Pernas para o Ar: a Capoeira no Brasil*. São Paulo, Publisher, 1997.
- SANTOS, Eufrazia Cristina Menezes. *Religião e Espetáculo: Análise da Dimensão Espetacular das Festas Públicas do Candomblé*. Tese de doutorado. São Paulo, PPGAS-USP, 2006.
- SCHWARZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, Eduardo. "O Negro e a Conquista da Abolição", in *Revista USP*, n. 58. São Paulo, CCS-USP, jun.-jul.-ago./2003, pp. 48-57.
- SILVA, Rubens Alves. *Negros Católicos ou Catolicismo Negro?: um Estudo sobre a Construção da Identidade Negra no Congado Mineiro*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Belo Horizonte, UFMG, 1999.
- SIMSON, Olga Rodrigues Von. *Branços e Negros no Carnaval Popular Paulistano (1914-1918)*. Tese de doutorado em Sociologia. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1989.
- SOARES, Reinaldo da Silva. *O Cotidiano de uma Escola de Samba Paulistana: O Caso do Vai-Vai*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. São Paulo, PPGAS-USP, 1999. Disponível na Internet via www.url: <http://www.teses.usp.br>.
- _____. *Negros de Classe Média em São Paulo: Estilo de Vida e Identidade Negra*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo, PPGAS-USP, 2004.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista: História da Festa de Coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002.
- WEBER, Max. "Classe, Status, Partido", in Otávio Guilherme C. A. Velho et al. *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- _____. *Economia e Sociedade*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2000.

stixet